



Síntese dos artigos submetidos ao I SNEA – Grupo de Trabalho 1

Eros Marion Mussoi¹

¹Professor, UFSC, eros.mussoi@terra.com.br

1. Introdução

É importante ressaltar, de início, a absoluta concordância com o teor/objetivos de cada experiência apresentada para análise. Todas expressam profundo desejo de transformação, tanto metodológica quanto de conteúdo, com temas de formação para o desenvolvimento sustentável.

No entanto, justamente por concordar com a linha propositiva, proponho-me a ser rigoroso do ponto de vista analítico.

Somente exercendo uma profunda análise crítica no nosso próprio *que fazer* é que temos oportunidade de crescer individual e coletivamente, ajustar procedimentos, ampliar alianças, em favor de um mundo melhor, e nele lutar com fundamentos sólidos pela transição ecológica.

2. Características das experiências analisadas

Poder-se-ia classificar as experiências analisadas neste GT como sendo caracterizadas: três relativas ao campo da Extensão Universitária; duas relativas a Casas Familiares Rurais (CFRs) a partir da Pedagogia da Alternância.

Com referência às experiências categorizadas genericamente como de Extensão Universitária, temos uma que está voltada especificamente à formação de Agrônomos a partir de Grupos de Agroecologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR); outra experiência apresentada para análise refere-se ao Programa Teia: tecendo a teia da Agroecologia da Universidade Federal de Viçosa (UFV); a outra experiência refere-se ao já conhecido nacionalmente Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), aqui relatado por um grupo de colegas a partir da experiência da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), de Minas Gerais. As restantes experiências, como já demarcado, referem-se também às já conhecidas CFRs, sendo uma de Açailândia, Maranhão, tratando do Projeto Profissional do Jovem, e a outra de Breves, Pará.

Todas registram, em sua apresentação, o enfoque agroecológico como dimensão fundamental a ser buscada.



3. Relatando sucintamente cada experiência

3.1. A influência dos Grupos de Agroecologia na formação dos engenheiros agrônomos. O caso do Geae-UFPR (Fagundes e Romanini Neto)

Esclarecendo inicialmente o significado no título, Geae é o Grupo de Estudos em Agricultura Ecológica, da UFPR.

O texto trata de uma experiência histórica que aconteceu desde o início dos anos 1980 em algumas universidades brasileiras. Até me permito questionar se de fato o Grupo da UFPR tinha já na sua denominação inicial *Agricultura Ecológica*, pois, quando participei (já como professor dessa luta), a denominação era *Agricultura Alternativa...* sendo o termo *agricultura ecológica* incorporado mais tarde. Essa dúvida surge porque o próprio texto se contradiz nesse sentido.

No caso da UFPR, essa história se mantém até os dias atuais e sempre tem se pautado na postura crítica ao modelo de desenvolvimento convencional e, evidentemente, como uma forma de se contrapor ao ensino resultado desse modelo, procurando realizar uma formação “alternativa” para além das salas de aula.

A bandeira desse grupo é a resistência. Resistência ao ensino convencional... resistência (entendi eu) aos “estudantes consumistas” de um conhecimento empacotado e resistência à despolitização do ensino normativo.

Apesar disso, sem querer ser, o texto é um pouco “classista” na minha avaliação, mas também aborda a importância da interdisciplinaridade e da integração com outros cursos/saberes.

O texto evidencia a luta histórica desse movimento dentro da UFPR e seus avanços, hoje sendo caracterizado como uma ONG com “a finalidade de promover a Agroecologia e o desenvolvimento sustentável” (isso a partir de 1985).

Os autores fazem uma crítica à universidade, no sentido de sua fragmentação estrutural e geográfica, o que, além de outras questões, dificulta o exercício da interdisciplinaridade, contida na matriz científica da Agroecologia.

Para concluir, o texto coloca, além de uma série de atividades que o Geae realiza no campo lúdico e prático (inclusive com trabalho em campo experimental-demonstrativo próprio), um programa de formação através de cursos para a construção do conhecimento agroecológico voltados a “estudantes de Agrárias”.

O Grupo realiza também um interessante trabalho de recepção aos calouros, denominado *trote humano*, que envolve a organização de oficinas pedagógicas em práticas saudáveis e uma gincana em educação ambiental.



Está relatada, no texto, a integração do Geae com movimentos sociais e movimentos nacionais de Agroecologia.

Especificamente a partir desse primeiro texto, deixo algumas questões para debatermos:

O texto nos proporciona excelente material para reflexão e busca de avanços: No entanto, deveria explicar melhor a questão da rotatividade estudantes no grupo (p. 3). Isso poderia ser um importante subsídio estratégico para pensarmos na sustentabilidade de grupos como esse.

Questões a discutir:

A experiência demonstra um acúmulo importante... mas e o reflexo desse trabalho histórico na universidade, mais especificamente na estrutura curricular, estruturas de organização de disciplinas e de ementas de disciplinas? Será que a luta pode se resumir a atividades extracurriculares? Como institucionalizar mais (na UFPR e outras universidades)? Em Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) de cursos?

Professores parceiros? E sua atuação interdisciplinar?

Consistência dos cursos? Para refletirmos coletivamente/discutirmos: Agroecologia em cursos de uma semana?

Parece-me que falta na proposta (assim como apresentada) uma melhor fundamentação baseada em princípios da Agroecologia (biodiversidade; solos e sua importância; sucessão vegetal; etologia/bem-estar animal; integração agrossilvipastoril; controles biológico e fisiológico; economia solidária, etc.).

E a história que corre “por trás” dessas decisões?

Pelo relato do texto, parece-me que falta um componente fundamental na formação profissional: Estudar! Estudar! Estudar! Aprofundar! Estudantes e professores! Parece que é um campo ainda a ser trabalhado... muito mais além do que a politização e a prática efetiva!

3.2. Programa Teia: tecendo a teia da Agroecologia” (Moreira; Herdy; Barbosa) – UFV

O seguinte texto trata de uma importante iniciativa realizada no âmbito da UFV que, na essência, procura integrar diversas práticas de extensão universitária a partir da construção coletiva de projetos comuns em áreas geográficas específicas. Evidentemente, a natureza interdisciplinar é fundamental nesse caso.

Ademais de diversos departamentos, grupos de professores e estudantes da



universidade, a parceria enfatiza uma relação promissora e efetiva com movimentos sociais e outros diferentes grupos sociedade da área geoducacional da UFV (Zona da Mata mineira), articulando com ela diversos projetos relatados.

A busca principal aponta no sentido da consolidação de processos de organização e participação comunitária.

Não fica claro se todos os projetos (ou a maioria deles) são implementados nas mesmas comunidades, sugerindo, assim, uma maior consistência programática. O artigo evidencia a busca de princípios comuns entre os projetos envolvidos, principalmente a presença de uma “atitude investigativa” na qual “a pesquisa da realidade, a capacitação dos envolvidos e a produção de conhecimentos são dimensões inseparáveis e colaborativas”.

Nesse sentido, fica patente a busca de uma sinergia entre os projetos envolvidos, fundamental para o desenvolvimento sustentável, e por isso integral e integrado.

Questões a discutir:

- Métodos participativos de Extensão (?) – “messianismo” da participação? Cuidado! É uma excelente oportunidade para debatermos essa questão.
- A “legitimação de um tipo de saber” não desqualifica o outro (p. 3-4).
- Por que a escolha dos membros de cada projeto “respeitam as decisões de movimentos sociais” (p. 5)? Parece que contradiz toda a dimensão pedagógica e participativa proposta.
- Penso que seria fundamental desenvolver/aprofundar a metodologia utilizada, para que possa servir como melhor referência analítico-propositiva para propostas de Educação em Agroecologia (p. 6).
- Os projetos em si são construídos separadamente (é o que deixa a entender na p. 6)?
- Repetir e replicar a experiência, visto seu pouco tempo de atuação (nov. 2012 até agora), não permite conclusões referenciais.
- Discutir como a universidade poderia quebrar internamente essa setorialização; o individualismo; o voluntarismo... assumindo uma postura institucional integrada e integral!

3.3. Estágio de Vivência em áreas camponesas, indígenas e quilombolas no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais (Reis e Moura e outros)



Essa experiência refere-se ao já conhecido nacionalmente EIV, aqui relatado por um grupo de colegas a partir da experiência da UFVJM. Como sabido, o EIV tem a expectativa de colocar o(a) estudante em contato direto com a realidade para, nesse contexto, vivenciá-la concretamente (com subsídios teórico-conceituais), entendê-la em todas as suas dimensões e depois ter condições de atuar na sua transformação.

Esse tipo de estágio se coloca como uma importante opção pedagógica no sentido complementar ao ensino formal (embora deva se deixar claro que muitas universidades já o assumem como parte de seu PPP, transformando-o numa disciplina obrigatória, o que já significou um enorme avanço programático-curricular).

A experiência relatada acontece nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG), realizada pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFVJM. Sua natureza é interdisciplinar, pois envolve estudantes de diversos cursos da universidade.

O estágio adota a Agroecologia e a educação freiriana (popular-libertadora) como estratégias metodológicas.

A metodologia assumida consta de dois grandes momentos: 1. momentos formativos (estudos, debates e reflexões) (5 dias de preparo em um assentamento de reforma agrária); 2. vivência propriamente dita (10 dias) e retomada (3 dias para um compartilhamento das experiências vivenciadas pelos participantes). No total, o EIV envolve 18 dias.

Questões a discutir:

- Tempo da vivência? Suficiente? Para os fundamentais e complexos objetivos propostos, creio que não e justifico!
- As metodologias são discutidas com as populações? Em que momento e com que intensidade metodológica?
- Nas diretrizes (p. 7), aparece “unidade política”? O que significa? Não parece contraditória com a proposta pedagógica?
- Comissão Organizadora (p. 7) – e a população?
- Financiamento da experiência?
- Participação de professores em todas as fases?
- E finalmente, mas não menos importante: o que essa experiência tem provocado de transformação institucional na universidade? Quais os reflexos nas disciplinas e na composição curricular? Que metodologia está sendo utilizada para tanto?



3.4. O Projeto Profissional do Jovem na Casa Familiar Rural de Açailândia: culminância, interdisciplinaridade e desenvolvimento agroecológico do meio

O texto trata do Projeto Profissional do Jovem de um curso de nível médio em Habilitação em Agropecuária com ênfase em Agroecologia. Esse é um projeto que cada jovem deve construir e realizar como parte final e fundamental de sua passagem por uma CFR — na verdade, é um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). As CFRs adotam, como sabemos, a Pedagogia da Alternância, combinando para tanto Momentos-Escola com Momentos-Comunidade — nesse caso, uma semana para cada momento.

A forma de gestão das CFRs e essa metodologia (Tempo-Escola e Tempo-Comunidade) têm proporcionado, além de uma aproximação efetiva à realidade socio-produtivo-ambiental, uma aproximação das famílias dos jovens à escola. Essa experiência, mais uma vez, comprova isso (conforme diz o texto: “[...]mesmo que só o jovem esteja matriculado, é toda a família que estuda na CFR”).

A Agroecologia, nesse caso, é assumida como uma transdisciplina! E com isso há o fortalecimento da agricultura familiar através da “ação multiplicadora dos jovens”.

Para concluir, é importante ressaltar que, na metodologia adotada, o jovem escolhe um tema (dentre os temas estudados) para realizar um projeto na sua propriedade familiar. O Projeto Profissional do Jovem significa “um elo entre o ensino e o desenvolvimento do meio rural”.

Pontos para discutir:

➤ Apesar da proposta transformadora e da Agroecologia como transdisciplina, ainda se percebe uma segmentação curricular (p. 4). Bom ponto para discutirmos buscando a partir daí propostas realmente inovadoras dentro de uma composição curricular mais sistêmica e integral.

➤ Foco “na propriedade” não poderia ser ampliado para “na comunidade”, ampliando também os temas a serem selecionados?

➤ O que garante que esses “projetos vão permitir a implantação de novos empreendimentos que irão gerar empregos, rendas e riquezas na própria comunidade”? Seria bom demonstrar sinais disso (pois é fundamental para a análise) a partir das experiências realizadas.

➤ Surpreende o fato (p. 14) de que os jovens não tenham conseguido financiamento para seus projetos. Quanto a isso, qual é a posição da comunidade? Da escola? Das “institucionalidades”? Por exemplo, do próprio MDA/Pronaf?



3.5. Relato de experiência de princípios agroecológicos desenvolvidos na Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural de Breves” (Couto e Barbosa).

Semelhante ao anterior, é um texto que busca mostrar uma experiência de estratégias de ensino apoiados na Pedagogia da Alternância utilizando, para tanto, o enfoque agroecológico em uma CFR.

Como os procedimentos gerais da Pedagogia da Alternância já foram abordados anteriormente, penso que poderíamos somente apontar, como sugestão minha, que o texto seja revisto (e aprofundado) pelos seus autores, pois não proporciona subsídios para análise e poderia/deveria ser bem melhor redigido. Em outro momento, até me proponho a discutir com os autores os pontos a melhorar.

No sentido de princípios agroecológicos, também sugiro uma rigorosa revisão, pois o texto cai em alguns equívocos que podem comprometer sua qualidade, como, por exemplo, confundir práticas em agricultura ecológica (como roça sem queima, cobertura do solo, sistema agroflorestal...) com “princípios de Agroecologia”.

Parece-me que o texto foi escrito com muita pressa (talvez para atender aos prazos do nosso seminário) e não teve a revisão técnica e metodológica suficiente.

A discutir nos 5 trabalhos:

1. Rigor analítico e descritivo.
2. Apologia... críticas... autocríticas para construirmos juntos propostas mais coerentes e com base sustentável.
3. Análise de propostas curriculares/programáticas que permitam socialização de boas experiências.
4. Princípios da Agroecologia e seu tratamento nos textos.
5. Parece-me que falta, nas propostas (assim como apresentadas), uma melhor fundamentação baseada em princípios da Agroecologia (complexidade/integralidade analítica e de intervenção; biodiversidade; agroecossistemas; solos e sua importância; sucessão vegetal; etologia/bem-estar animal; integração agrossilvipastoril; controles biológico e fisiológico; economia popular solidária; etnoconhecimento/produção participativa do conhecimento).
6. Estudar! Estudar! Estudar! Aprofundar! Estudantes e professores! Parece que é um campo ainda a ser trabalhado... muito mais além do que a politização e a prática efetiva!



7. Quanto à apresentação das experiências, recomendo mais atenção no rigor e na redação, pois algumas se apresentam bastante vagas, não proporcionando base para sua reflexão por completo e, assim, dificultando seu entendimento.